



O QUE FALTA FAZER NO COMBATE À INFLAÇÃO

Benjamin A. Medeiros

No presente momento da história deste País pode-se, com justiça, dizer que quase todas as medidas *ortodoxas*, que poderiam ser tomadas para reduzir a inflação e recompor a economia, foram tomadas. Foram desacelerados ou paralisados grandes empreendimentos. Foi reduzida, dentro das possibilidades deixadas pelas instituições existentes e direitos adquiridos, a despesa pública. Foi aumentada a carga fiscal, tanto federal quanto estadual, sobre as indefesas pessoas jurídicas e pessoas físicas, em alguns setores a níveis abusivamente acima dos índices mais elevados estimados para a inflação de 1983. Foi corretamente reduzida a correção monetária para ficar abaixo do INPC e, assim, introduzir uma realimentação negativa periódica na hélice inflacionária. Foram criadas taxas, impostos

e confiscos novos com o fito de engrossar a receita pública e tentar diminuir o déficit que poderia ser chamado de orçamentário, se o orçamento-programa da República fosse um documento austero coroadado por um limite rigoroso e não uma lista aberta de gastos sem limite previsível. Mesmo as tão faladas mordomias foram razoavelmente reduzidas.

Diante dessas medidas, nem mesmo a oposição tem mostrado capacidade ou criatividade para sugerir medidas novas e diferentes. Ao contrário, contrariando suas promessas de magnanimidade fiscal dos tempos de captação de votos, esmaga, hoje, onde ascendeu ao poder, as populações sob seu governo com ônus fiscais despropositadamente altos, sem benefícios correspondentes para os contribuintes.

O doente está, pois, medicado. É esperar agora que reaja aos medicamentos e pedir a Deus que tais medicamentos estejam certos. Consideradas as injúrias sofridas, sua recuperação não poderá ser rápida e os brasileiros e estrangeiros com interesses no Brasil terão que aguardar com paciência a sua alta.

Permanece, porém, na mente dos brasileiros uma dúvida inquietante. Estarão os remédios certos? Sabe-se que muitos deles estão, mas sobre outros há dúvidas. Indica a lógica da mecânica econômica que certos deles não podem funcionar e que, ao invés de acelerar a recuperação, tendem a atrasá-la.

Não pode ser tomada uma verdade inatacável a afirmação de que medidas que provocam recessão sejam o remédio certo para a cura da inflação. Diz a ortodoxia econômica que o aumento de demanda provoca inflação e muitas figuras ilustres deste país aceitam, sem discussão, tal afirmação. Mas estará isto certo, ou é mera repetição mecânica de textos de compêndios de economia?

Em um país onde a indústria de bens e serviços tem uma capacidade ociosa avaliada hoje, a grosso modo, em 65%, e onde empresas dos mais variados tipos cessam suas atividades por falta de vendas, pedem concordata ou vão à falência aos magotes cada semana (recorde em 1983), tal pressuposto não pode ser verdadeiro. Um acréscimo de demanda poderá provocar um "shock wave" de elevação de preços, de pequena duração, mas não inflação, entendida esta como fenômeno durável e de extensão nacional.

Os investimentos estão feitos: as fábricas estão aí semiparalisadas ou paralisadas, os operários rondam diariamente os seus portões na esperança de serem chamados a ocupar os antigos cargos e operar as máquinas ao lado das quais viveram por longo tempo. Essa é a situação que se observa nos núcleos industriais do Brasil.

Se a demanda crescer, e só pode crescer em pequenos incrementos, o problema da produção será apenas reengajar esses operários, ou empregados, em serviços, e reativar máquinas e instalações, um processo de curta duração e que, na maioria dos casos, pessimisticamente, poderá levar um ou dois meses.

Iniciado o processo de aumento de produção advêm efeitos benéficos: a) — o benfazejo multiplicador de Keynes realimentará o crescimento da demanda, uma vez que maior número de pessoas estarão recebendo salários que gastarão em produtos e serviços; b) — o aumento da produção possibilitará a distribuição de uma menor parcela dos *custos fixos* dos mecanismos produtores por unidade produzida, efeito este importantíssimo, mas quase sempre esquecido pelos que discutem os problemas da inflação, e provocará a queda de preços. A base fiscal: ISS, ICM, IPI, IR, etc., obviamente aumentará, engrossando a receita tributária.

Mas para que haja aumento de consumo que impulse a produção para cima é necessário que haja dinheiro na mão do público, e para que haja dinheiro na mão do público é preciso que a carga fiscal seja reduzida de modo a deixar

uma renda disponível maior para o trabalhador.

É curioso que não só no Brasil, como em outros países do Ocidente, os hábitos de consumo, tenham sido estigmatizados com a palavra inegavelmente pejorativa de *consumismo*. É interessante ponderar por momentos sobre essa palavra. Na Rússia e nos países de sua órbita, o consumo de certos bens, que no Ocidente podem ser vistos na casa dos operários mais modestos, é limitadíssimo e quase um privilégio da classe que Michael Voslensky designou por "A Nomenklatura". A inteligentzia de esquerda, sempre alerta, logo pontificou: se na Rússia e sua esfera de influência não há consumo de bens tais como torradeiras, liquidificadores, alta-fidelidade, automóveis, motocicletas e inúmeros outros artefatos que dão colorido e conforto à vida dos ocidentais, então o hábito de ter tais artefatos, por definição, *não é bom*, e logo pespegou um "ismo" no hábito de consumo, porque esse poderoso sufixo logo põe sob suspeita o radical que o precede. O consumismo passou, assim, a designar um hábito de duvidosa conveniência e até moralidade.

Mas o que precisamos no momento é exatamente de consumismo, pois é ele que poderá gerar o crescimento da demanda, a reativação das atividades produtivas, a redução do desemprego e a volta do Brasil aos níveis de produção para o qual os vastos investimentos feitos de 1967 para cá o prepararam. Não adiantam, no momento, incentivos ao investimento. Salvo em áreas excepcionais, que te-

nam ficado esquecidas no "boom" de investimentos da década dos 70, temos, atualmente, capacidade excessiva para a produção de aço, produtos petroquímicos, tecidos, alimentos processados, navios, material ferroviário, utilidades domésticas de toda a espécie, vestuário, motocicletas, automóveis, barcos e o que se puder imaginar. Mesmo alimentos naturais o Brasil poderá produzir em fartas quantidades se nosso setor agrícola for bem dirigido e poupado pelas intempéries.

O "nome do jogo", como dizem os americanos, é, pois, no momento, encorajar o consumo, e isto deve ser feito pela redução da carga fiscal e pela facilitação do crédito ao consumidor para aquisição de bens duráveis e semiduráveis. É da compra dos eletrodomésticos, automóveis, motos, bicicletas, etc., que se originam os vastos caudais de demanda que, eventualmente, haverão de pôr as grandes usinas de plásticos, de petroquímicos, de tintas, de vidros, de tecidos, de aço, de não ferrosos, etc., a funcionar; que impedirão os vagões e caminhões a rolar e os navios a singrar os mares.

Assim como haverá o "shock wave" dos preços e um "veranico" de inflação, haverá uma queda passageira na receita fiscal com a baixa das alíquotas, que logo será compensada pelo maior volume de negócios. Deve ser lembrança a famosa curva de Laffer que, sem nada inovar, teve, entretanto, o mérito de rememorar para todos que a receita total fiscal atinge um ponto máximo quando a carga fiscal produz uma boa receita sem ini-

bir a vida comercial. Além deste ponto, a tendência é caírem, juntas, as vendas e a receita fiscal total. Atualmente o Brasil percorre, tristemente, o trecho dos rendimentos decrescentes da curva de Laffer: a carga fiscal estiola a produção e a renda fiscal, contribuindo para o pior de todos os males que pode afligir o país: o desemprego.

É de justiça reconhecer que o Governo Figueiredo fez tudo o que tinha que fazer dentro da terapêutica ortodoxa para a cura da inflação.

O Brasil está medicado, mas nem sempre a ortodoxia está certa, ou pelo menos está certa em todos os lugares e em todos os tempos. No início do século a ortodoxia prescrevia ópio, calomelanos e "deixa vir o furo" para a cura da "peritífite", nome dado então à apendicite. Por causa disso Eduardo VII quase morreu às vésperas de sua coroação; salvou-o, à última hora, o inortodoxo bisturi. Na conjuntura atual menos ortodoxia e mais criatividade poderiam, provavelmente, melhorar a situação do país.

Não só a redução da carga fiscal é, porém, suficiente para permitir o crescimento da demanda. Outro demônio a ele se opõe: o alto valor dos juros. Nesse ponto, também, o governo terá que relaxar a sua mão. É fácil culpar os banqueiros, mas, na realidade, os culpados não são eles. Enquanto a

reserva obrigatória dos bancos for de 40% e outras parcelas dos seus depósitos forem contingenciados para fins específicos e só restar aos bancos cerca de 17% dos depósitos para empréstimos ao consumidor, os juros não cairão. Não cairão também enquanto não cessar o derrame de títulos do tesouro no mercado e a disputa pelo dinheiro do cidadão entre os distribuidores de títulos e os bancos, o que eleva as taxas de juros a valores inaceitáveis para o consumidor de que cuidamos neste trabalho.

O exemplo americano está aí. A dupla Ronald Reagan-Paul Volcker em pouco tempo demonstrou nos E.U.A. situação semelhante à do Brasil, se bem que de intensidade muito menor. Paul Volcker manteve a sua mão dura sobre a emissão de meios de pagamento e Reagan diminuiu a carga fiscal dando três sucessivos "rebates" de 10% no imposto de renda. O consumidor americano, cauteloso após alguns anos de recessão e desemprego, reagiu vagarosamente. O primeiro rebate foi poupado para "dias de chuva" que ainda pudessem ocorrer em futuro próximo, mas, em seguida, estabeleceu-se a confiança e tendo caído os juros da casa dos 21% para a dos 8%, o consumo cresceu, a recessão quase desapareceu e o desemprego, a não ser pelo chamado "hard core", foi também consideravelmente reduzido.



O Professor Benjamin Aguiar de Medeiros é engenheiro civil-eletricista, dedicando-se, como atividade principal, ao projeto e fabricação de equipamentos eletrônicos e ferroviários. É presidente da firma Fonseca Almeida Comércio e Indústria S.A. O estudo ora publicado data de março do corrente ano, mas continua perfeitamente válido como uma abalisada contribuição para o grande debate econômico em curso no País.

A inflação pode ser definida como a alta geral dos preços. Não é a elevação deste ou daquele preço, por causa de mudança de estações do ano, no caso de produtos agrícolas, ou de modificações no volume da produção, no fluxo do transporte, ou nas próprias tendências dos consumidores, em outros casos.

Um raciocínio simples — mas que exige alguma atenção para ser acompanhado — ajuda a explicar o que há de fundamental nesse fenômeno. O mercado de todos os bens e serviços de um país pode ser comparado a um reservatório: nele entra tudo quanto é produzido e oferecido à venda, e dele sai tudo quanto é comprado. Para fazerem suas aquisições, os compradores buscam munir-se de poder de compra, isto é, de dinheiro, sob suas várias formas: moeda em espécie, cheques, crédito, etc. Esse poder de compra, normalmente, é fornecido aos que colaboram, direta ou indiretamente, no processo produtivo e na medida em que o fazem, tomando a forma de salários, aluguéis, juros e lucros. Dessa forma, toda entrega de poder de compra a alguém é precedida — falando sempre de situação normal, evidentemente — de abastecimento, direto ou indireto, do reservatório, que é o mercado.

Enquanto a proporção for mantida — entre o abastecimento do mercado, de um lado, e, de outra parte, a entrega de poder de compra de medida igual à contribuição, de quem o recebe, para o processo produtivo — haverá equilíbrio, isto é, os preços manter-se-ão estáveis em geral ou, pode-se também dizer em média.

Daniel Faraco

in "Cultura e Fé" nº 22 (jul-set/83)